



1. DADOS DA REUNIÃO:

Data: 06/05/2025	Início: 16h	Término: 17h	Local: Sala de reuniões da Diretoria-Geral
Pauta	<ul style="list-style-type: none"> • Governança de TIC - Avaliação e Encaminhamentos sobre o IGOV-TIC 2025 • Contratações 		

2. PARTICIPANTES:

Nome	Cargo	Função
Dilma Célia de Oliveira Pimenta	Diretora-Geral	Presidente
Emanuel dos Santos Flexa	Secretário de Tecnologia da Informação	Membro
Heverton Luiz Rodrigues Fernandes	Secretário de Gestão de Pessoas	Membro
Mylene Lages Mendes	Secretária Judiciária	Membra
Elinete Nunes Freitas	Secretário de Administração	Membra
Adriana das Chagas Oliveira Pacheco	Assessora ACPRES	Convidada
Patrick Dayan Guimarães Pinto	Assessor ASPLAN	Convidado

3. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES:

<p>A Diretora-Geral, Dilma Pimenta, presidente do Comitê, abriu a reunião agradecendo a presença dos membros e passou a palavra para o Secretário da STI.</p> <p>3.1 Governança de TIC - Avaliação e Encaminhamentos sobre o IGOV-TIC 2025;</p> <p>O Secretário de Tecnologia da Informação, Emanuel Flexa, iniciou o item informando que foi publicada a Portaria 101/2025 referente ao IGovTIC-JUD 2025. Citou que, diferentemente do ano anterior, em que foram cobradas poucas evidências, neste ano o CNJ passou a exigir uma grande quantidade de evidências, cuja especificações foram realizadas por meio de manual bastante detalhado, com mais de 130 páginas, descrevendo especificações técnicas e critérios objetivos para cada item avaliado.</p> <p>A STI informou que, apesar da elevação significativa no grau de exigência, a expectativa é manter o nível de excelência. No entanto, informou que a avaliação do CNJ pode eventualmente questionar algum item, mesmo que, internamente, sejam considerados plenamente atendidos.</p> <p>A Diretora-Geral, Dilma Pimenta, questionou quais itens poderiam comprometer a pontuação. O secretário explicou que o item de força de trabalho, interno ao IGovTIC, já está fora do planejamento, visto que o Tribunal não atingirá 100% da força recomendada. Por outro lado, o item de força de trabalho externo, que consta na planilha do Selo, foi recalculado com base no mesmo sistema utilizado no ano anterior e, segundo os dados preliminares, será atingido.</p> <p>A diretora sugeriu que a nomeação dos novos técnicos poderia ajudar a melhorar esse índice interno. O secretário concordou e destacou a importância de dar celeridade a essas nomeações, pois isso poderia gerar impacto positivo na pontuação.</p> <p>Em seguida, o secretário passou a discorrer sobre alguns itens. O item critério de escolha dos líderes de TIC teve recurso no ano anterior, que foi aceito; este ano a cobrança está mais detalhada, e a STI acredita que o item será atendido, mas reforçou que só será possível ter certeza após validação do CNJ. Em relação ao item valorização de pessoas, no ciclo anterior ele foi aprovado sem recurso. Este ano, o CNJ deixou explícito que a implantação de um GAPTIC é esperada, ou, alternativamente, que haja critérios formais de valorização</p>

documentados. A STI apresentará, novamente, documentos como o PAC , a política de gestão de pessoas, o regulamento da Secretaria, que define os perfis de gestores da STI, como forma de demonstrar a política de valorização e retenção de talentos da área. A Diretora-Geral comentou que a ASPLAN havia comentado sobre a possibilidade de especificar no regulamento da secretaria restrição para que os cargos da STI sejam assumidos por servidores da STI. Desta forma, no próximo ciclo, esse item seria atendido com uma certeza maior. O secretário informou que, em tese, o item será cumprido com certeza ano que vem, por causa da portaria específica de valorização de servidores da STI publicada recentemente. Todavia, os membros consideram pertinente que sejam adicionados as restrições no regulamento, como de valorizar ainda mais os servidores da STI e dar maior garantia de cumprimento do item. Em seguida, o STI informou que há pouquíssimos itens não atendidos, tais como alguns itens da infraestrutura em nuvem, pois alguns são difíceis de atender plenamente, como a implantação de datacenter replicado, devido ao alto custo envolvido. A STI ponderou que tais exigências, embora válidas do ponto de vista técnico, não são viáveis orçamentariamente para o Tribunal no momento.

O secretário também destacou que alguns itens exigem atuação conjunta com outras unidades. Por isso, foi informado que:

- Os itens relacionados à força de trabalho e valorização serão encaminhados à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP);
- Os itens orçamentários serão encaminhados à Secretaria de Administração e Orçamento (SAO);
- O item que trata da avaliação da STI por parte da área negocial (representando cerca de 10% da nota do IGOV) será tratado com o Comitê de Gestão Estratégica, que já respondeu esse item em anos anteriores. Um processo SEI será enviado às unidades representadas no comitê, para que respondam o questionário do CNJ referente a essa avaliação.

Após deliberações gerais, ficou decidido que:

- A STI enviará minuta de resolução do regulamento da secretaria para fortalecer os aspectos de valorização dos servidores da STI e dos critérios objetivos para escolha de líderes, para o caso de, no futuro, não haver outros processos seletivos;
- STI deve compor evidência do iGovTIC com os itens de valorização com as portarias relacionados, priorização do PAC e regulamento da secretaria, para destacar a restrição dada nos cargos em comissão TIC para servidor do poder judiciário federal
- STI vai encaminhar processo para SGP compor os itens de pessoas
- STI vai solicitar à SAO os itens orçamentários.
- STI vai encaminhar processo aos membros do Comitê de Gestão Estratégica para preenchimento das respostas de avaliação negocial da STI.

O Secretário informou que a STI continuará reunindo e organizando as evidências conforme os critérios atualizados do CNJ, os quais serão submetidos pela STI ao CNJ.

3.2 Andamento das Contratações de TIC

Na sequência da reunião, o Secretário de Tecnologia da Informação atualizou os membros do comitê sobre o andamento das contratações prioritárias da STI, com destaque para o projeto OmniChannel, segurança da informação e infraestrutura.

Central de Atendimento ao Eleitor – OmniChannel

Foi destacado que o número institucional de *whatsapp* para atendimento centralizado já está funcionando tecnicamente. A ferramenta está em fase final de testes funcionais, com foco em:

- Validação de aprendizado e operação da ferramenta;
- Ajustes de configuração do ambiente de administração interna.

Contratações com Recursos de Cibersegurança (2025)

O secretário informou que não há, atualmente, ata externa vigente para execução dos recursos de cibersegurança previstos no orçamento. No entanto, o TRE-AP possui uma ata própria vigente que contempla soluções de infraestrutura e segurança da informação.

Sobre esse subitem, ficou decidido que:

- A STI realizará verificação da aderência dos itens dessa ata interna à nova Estratégia Nacional de Cibersegurança;
- Caso os itens estejam em conformidade, a execução do orçamento de cibersegurança será feita por meio da ata do próprio tribunal.

Residência em TIC

O secretário informou que o processo da Residência de TIC com a UNIFAP está paralisado. Foi solicitado que as áreas envolvidas tomem providências para a retomada da tramitação, visando dar continuidade ao projeto.

Outsourcing de Impressão

Em relação à contratação de outsourcing de impressão, a STI comunicou que o projeto se encontra na fase de cotação de preços junto ao mercado, etapa que subsidiará a finalização dos documentos de planejamento da contratação.

Outras Contratações (Materiais de Consumo de TIC)

A STI destacou que, além das contratações estratégicas, há demandas menores de materiais de consumo de TIC por parte de algumas unidades. Apesar de não serem prioritárias, essas contratações são necessárias para atender solicitações operacionais específicas. Com isso, foi deliberado que a STI deve dar prosseguimento às contratações prioritárias (Residência de TIC, OmniChannel, Outsourcing de Impressão) e providenciar análise e execução das contratações complementares, como materiais de consumo, conforme demandas formalizadas pelas unidades.

Após deliberações gerais, a Diretoria-Geral agradeceu a presença de todos e concluiu a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **DILMA CELIA DE OLIVEIRA PIMENTA, Diretor(a)-Geral**, em 26/05/2025, às 14:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EMANOEL DOS SANTOS FLEXA, Secretário(a)**, em 26/05/2025, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ELINETE NUNES FREITAS, Secretário(a)**, em 27/05/2025, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **HEVERTON LUIZ RODRIGUES FERNANDES, Secretário(a)**, em 29/05/2025, às 09:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MYLENE LAGES MENDES AZEVEDO, Secretário(a)**, em 29/05/2025, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA DAS CHAGAS OLIVEIRA PACHECO, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 15:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICK DAYAN GUIMARAES PINTO, Assessor(a)**, em 26/06/2025, às 18:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ap.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0964430** e o código CRC **9E4515B7**.